

**NATUREZA FÍSICA E HUMANA, DO FASCÍNIO ROMÂNTICO E  
CONTEMPLATIVO ÀS RELAÇÕES MERCADOLÓGICAS**

**PHYSICAL AND HUMAN NATURE, FROM ROMANTIC FASCINE AND  
CONTEMPLATIVE TO MARKET RELATIONS**

135

Romenia de Sousa

Mestra em Ciências Sociais e Humanidades “Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER)” da Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Bolsista FAPEG. Licenciada em História

[romeniasousa@hotmail.com](mailto:romeniasousa@hotmail.com)

Camila Vito Silva de Lima

Mestra em Ciências Sociais e Humanidades “Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER)” da Universidade Estadual de Goiás (UEG)

[cvitoslima@gmail.com](mailto:cvitoslima@gmail.com)

**Resumo:** O modo de apreender e usufruir a natureza física e humana tem sofrido modificações profundas ao longo da história sob a égide do capital financeiro e especulativo. Intencionando compreender como tais alterações ocorreram em solo brasileiro e, principalmente, goiano, este artigo encontra-se seccionado em três partes. Num primeiro momento, propõe-se discorrer acerca da relação sujeito-natureza enquanto evolução da condição contemplativa dos recursos naturais à apropriação da natureza como objeto coisificado. Posteriormente, passa-se à análise das formas históricas de exploração dos recursos naturais nos ditos “sertões” brasileiros e à sua materialização no estado de Goiás com início no período da colonização portuguesa. Por fim, busca-se indicar os resultados da degradação das relações sujeito-natureza e sujeito-sujeito com o advento da modernização agrícola no Cerrado goiano a partir de meados do século XX. Através das argumentações expostas, infere-se que as alterações relacionais decorrentes da supremacia do capital em Goiás, culminaram com a evidente divisão do rural em dois extremos: o agronegócio remunerador e a pequena agricultura empobrecida, atrelada à banalização da questão agrária; com o empobrecimento de habitantes tanto do campo, quanto das cidades; com a devastação de grande parte do segundo maior bioma brasileiro. E, enfim, com o solapamento cultural das populações tradicionais, transformando-as em meras ruralidades em um espaço com alta dependência dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** Natureza, Capitalismo, Cerrado.

### **Building the way**

**Abstract:** The way of grasping and enjoying physical and human nature has undergone profound changes throughout history under the aegis of financial and speculative capital. Intending to understand how such changes occurred in Brazilian and mainly goiano soil, this article is divided into three parts. At first, it is proposed to discuss about the subject-nature relationship as evolution from the contemplative condition of natural resources to the appropriation of nature as a thing objectified. Subsequently, we proceed to the analysis of the historical forms of exploitation of natural resources in the so-called Brazilian “sertões” and their materialization in the Goiás state beginning in the period of Portuguese colonization. Finally, we seek to indicate the results of the degradation of subject-nature and subject-subject relations with the advent of agricultural modernization in the Cerrado goiano from the mid-twentieth century. From the above arguments, it is inferred that the relational changes resulting from the capital supremacy in Goiás, culminated in the evident division of the rural into two extremes: the remunerative agribusiness and the impoverished small agriculture, linked to the trivialization of the agrarian question; with the impoverishment of inhabitants of both the countryside and the cities; with the devastation of much of the second largest Brazilian biome. And, finally, with the cultural undermining of traditional populations, transforming them into mere country land in a space with high dependence on natural resources.

**Keywords:** Nature. Capitalism. Cerrado.

### **Considerações iniciais**

Em geral, quando falamos em natureza, a primeira ideia que nos vem à mente é o conjunto de plantas, em seguida os animais, os minérios e só com um pouco mais de reflexão nos lembramos que os seres humanos também são elementos da natureza.

No entanto, para designar cada um desses elementos da natureza, ao longo do tempo foram elaboradas denominações que os diferenciaram: seres vivos, seres não vivos, fauna, flora, natureza animal, natureza vegetal, natureza humana, reino animal, reino vegetal, reino mineral etc. Em contrapartida, ao diferenciar os variados elementos que compõem a natureza, acabou-se, também, por afastá-los. Desta forma, o que inicialmente se completava, hoje, em algumas situações, parece se opor.

Ao longo do tempo e da história a relação ser humano natureza sofre mudanças, variando em formas e dimensões.

Em um primeiro momento, identificamos a natureza como algo contemplativo, que se relaciona de forma complementar e harmônica com o ser humano, ocasião em que ele retira dela seu sustento sem sobrepor-se a ela. Esta forma de relação é assim descrita por Marx (2004, p. 84): “A vida física e mental do

**Building the way**

homem está interconectada com a natureza, não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.”

Pensando desta forma, reconhecer os seres humanos como parte da natureza, significa, também, assumir que a forma com que os indivíduos se relacionam com a natureza acaba por se refletir na forma como os indivíduos se relacionam entre si.

É nesta perspectiva histórica de mudanças relacionais entre sujeito-natureza, sujeito-sujeito, em diferentes tempos e espaços, que este artigo se estrutura. Partindo do conceito de natureza, fazendo uma breve análise temporal da relação entre os seres humanos e a natureza, vista inicialmente numa perspectiva mais contemplativa e harmônica; passando pela modernidade, o estabelecimento das relações capitalistas de mercado e seus reflexos sobre as relações entre os seres humanos e destes com os elementos naturais, até a atualidade, marcada pelas relações de trabalho e (inter)pessoais caracterizadas por ações muitas vezes mecanicistas, pautadas numa lógica da economia de mercado que visa, em primeiro plano, o consumo, e com ele, o lucro, em detrimento do estabelecimento de vínculos caracterizados pela noção de complementaridade.

O espaço escolhido para esta abordagem parte do geral para o particular, de uma espacialidade global para uma análise local, tomando como objeto, num primeiro momento, o Brasil e, a posteriori, o Estado de Goiás.

A escolha desse espaço se deve ao fato de que, apesar desta área – o Estado de Goiás, só vir a se integrar aos interesses e atos coloniais algum tempo após a chegada dos conquistadores europeus ao solo brasileiro, já inicia sua trajetória buscando servir e se adequar às necessidades econômicas do mercado externo, fato que irá perpetuar durante toda a história deste espaço, culminando com a implantação do agronegócio a partir da década de 1960, evento que irá produzir inúmeros impactos sobre este território, tanto nos aspectos geográficos, quanto sociais.

**Ser humano e natureza, uma relação paradoxal**

*“Há uma prioridade social da natureza; a natureza não é nada se ela não for social.” (SMITH, 1988, p. 64)*

**Building the way**

No estágio inicial de desenvolvimento da relação sujeito-natureza, é possível perceber a natureza como exterior (Smith, 1988), que não é criada por nós nem nos pertence, mas é sim algo divino, que possui suas leis próprias e universais, as quais são imutáveis. Desta feita, através do conhecimento cada vez mais amplo da natureza e seus fenômenos, o ser humano poderia reestabelecer uma relação mais harmônica com a natureza e como resultado, realizar o desejo de Deus de que o ser humano cuidasse da natureza e dela usufruísse dentro dos limites de suas necessidades.

A posteriori, com a ampliação do pensamento filosófico e racional, e com o advento da modernidade, o caráter da natureza passa a ser universal, secular, claramente material, e, portanto, se é matéria pode ser tomada pelo ser humano, pode ser usada, ou seja, é “objetificada” (SMITH, 1988).

Neste ponto, a natureza, com seus diversos elementos constitutivos passam a ser vistos e tidos como “coisas” a serviço dos seres humanos, ou seja, objeto de produção-reprodução. Nessa perspectiva, a própria humanidade passa a ser encarada como elemento da natureza biológica, do conjunto de seres vivos, porquanto passível de ser materializada enquanto objeto de produção. Logo, tudo passa a ser percebido como matéria e, enquanto tal, pode ser usado, isto é, se torna objeto, coisa.

É no cenário de mudança relacional com a natureza, quando os elementos naturais passam a ter um valor de troca, que estes materiais começam a ser “coisificados”. Ao se tornar coisa/objeto, deixa de ter seu caráter único de elemento puro, e passa a ser mercadoria que pode ser usada, vendida, trocada. Para Smith (1988, p. 72) reside aí uma relação dialética, pois, enquanto o ser humano transforma a natureza, colocando-a a seu serviço, ele muda a si mesmo, porquanto, já não consegue olhar para a natureza de maneira contemplativa, perdendo assim sua essência de ser sensível, e passa a vê-la como possibilidade de uso, de trabalho, e ao final, de lucro. Sujeito e natureza não só se completam, mas se opõem.

Natureza e trabalho são associados indubitavelmente, e, os indivíduos que trabalham ou aqueles que detém os meios de produção para dominar essa natureza passam a fazê-lo pautando-se nas regras determinadas pela economia.

Assim, através do trabalho, os indivíduos modificam a natureza de maneira a torná-la útil, a adequá-la a seus interesses. Como destaca Smith

Produzindo os meios para satisfazer as suas necessidades, os seres humanos coletivamente produzem a sua própria vida material, e no processo produzem novas necessidades humanas cuja satisfação requer outras atividades produtivas. Essas necessidades e seus modos de satisfazê-las são, no nível mais geral, os determinantes da natureza *humana*, porque acima de tudo isso as pessoas são seres naturais; elas direcionam para a produção as suas habilidades (físicas e mentais) que são exercitadas sobre e através dos objetos e instrumentos de produção.” (SMITH, 1988, p.72)

Desta forma, gradativamente, vamos assistir a submissão da natureza. A cada etapa de avanços dos instrumentos de trabalho e das técnicas de produção, esta dominação se modifica e se amplia, e quando estas técnicas se aliam aos avanços tecnológicos, então teremos de vez, o caminho para a perda da relação e de identidade sujeito-natureza. No afã de controlar a natureza, através do trabalho, os indivíduos perdem a si mesmos, “pois o objeto do trabalho é portanto a objetificação genérica do homem” (MARX, 2004, p.85), ou seja, conjuntamente com a natureza, os indivíduos se tornam objeto da produção.

Esta relação de dependência-domínio se estende ao longo do tempo e do espaço. Em diferentes momentos históricos, variadas ciências buscam compreender como se dão essas relações e, até mesmo, buscam dar sentido a ela ou, quem sabe, vislumbrar possibilidades de relações futuras. Nas palavras de Smith (1988, p.73) “Os seres humanos sobrevivem e se desenvolvem como seres sociais pelo trabalho em cooperação com a natureza.”

Contudo, a medida que essa relação se amplia: natureza, trabalho e trabalhador se tornam mercadoria, e, enquanto tal, produz o estranhamento relacional entre esses elementos, o “estranhamento não se mostra somente nos resultados [produto], mas também, e principalmente, no ato da produção, dentro da própria unidade produtiva [trabalho].” (MARX, 2004, p.82). Assim, ocorre o que Marx (2004) denomina “exteriorização do trabalho”, pois o indivíduo não percebe nesta atividade um sentido existencial a não ser a manutenção de sua existência física, sua subsistência. O processo de trabalho se torna algo tão mecanicizado que não exige dos indivíduos muita reflexão, análise, mas talvez, não raro, apenas a execução de um ato.

Historicamente, assistimos, de tempos em tempos, a mudanças nas relações de produção, contudo, a partir da chamada Idade Moderna (por volta dos

**Building the way**

séculos XII e XIII), essas relações passam a chamar a atenção em virtude do surgimento e fortalecimento de uma nova classe social na Europa: os comerciantes/burgueses, e com eles, novas relações de produção e trabalho, e, mesmo, um novo sistema econômico, o capitalismo.

Desejosos de ampliar seus poderes econômicos e suas atuações no plano político, este grupo (burguesia), lança mão de diferentes artifícios, dentre eles o uso intensivo dos recursos naturais. Nas palavras de Smith

No capitalismo a apropriação da natureza e sua transformação nos meios de produção ocorre, em princípio, em escala mundial. A procura de matérias-primas, a reprodução da força de trabalho, a divisão sexual do trabalho, a relação salário-trabalho, a produção das mercadorias de consciência burguesa estão todas generalizadas sobre o modo de produção capitalista. Debaixo da bandeira de um colonialismo benevolente, o capitalismo destrói todos os outros modos de produção, forçando a subordinação à sua própria lógica. Geograficamente, sob a bandeira do progresso, o capitalismo tenta a urbanização da zona rural. (SMITH, 1988, p.88)

O histórico acima descrito nos apresenta formas variadas de relação com a natureza ao longo do tempo e do espaço, culminando com o fortalecimento e adequação de diferentes espaços geográficos à lógica capitalista.

Tal realidade pode ser representada através da análise de alguns eventos da história do Brasil.

No final do século XV e início do século XVI, algumas nações europeias investem no processo de expansão marítima e comercial. A busca de novas terras, matérias primas e mão de obra barata além mar, representam, acima de tudo, a busca pela ampliação de mercados e como resultado, ampliação do lucro da nascente burguesia, que, aliada às monarquias, assistem suas possibilidades de ascensão política e econômica serem ampliadas.

Desta feita, o quadro que se delineia no Brasil, não será algo exclusivo destas terras, toda América, de norte a sul viverá situações semelhantes.

**Por ser de lá, lá do Sertão, lá do Cerrado. Lá do interior do mato: Goiás, riquezas e exploração econômica**

No Brasil, desde o período pré-colonial (1500-1530), a natureza foi alvo de grande interesse e admiração, a fauna, flora e os povos das diferentes nações

*Building the way*

indígenas sempre chamaram a atenção dos colonizadores europeus. Fato que corrobora tal afirmativa é a famosa carta de Pero Vaz de Caminha ao rei português descrevendo as maravilhas desta terra: solo, água, aves, animais, plantas, e grande número de homens e mulheres de “bons corpos”. Narrativa que se repete em toda literatura da conquista, não só do Brasil, mas da América como um todo.

Não raro foram as expedições de botânicos e artistas - como a missão francesa<sup>1</sup>, que desembarcou no Brasil com o claro objetivo de pesquisar e catalogar as maravilhas da natureza dessa terra. Obras de grandes pintores presentes nessa expedição, servem de testemunho da grandiosidade da natureza brasileira e de sua população nativa, guardadas as devidas considerações da visão romântica que algumas delas transmitem.

Contudo, tamanha admiração trouxe consigo uma postura ambígua em relação à natureza: se, por um lado, havia o encantamento, por outro, o desejo de dominá-la era latente. A visão romântica é suplantada pelo sentido utilitarista da natureza: a destruição da mata Atlântica já durante o período colonial e imperial brasileiros, mostram o fervor que tomou conta dos colonizadores diante da dimensão das terras brasileiras e tudo que havia em seu solo e subsolo. Como no apresenta Smith

Embora essas tradições de hostilidade e idolatria compartilhem da visão de natureza como algo exterior, não há nenhum desenvolvimento linear simples do utilitarismo grosseiro dos pioneiros para o idealismo refinado dos defensores de volta à natureza” (SMITH, 1988, p.39)

O mesmo pode-se dizer em relação aos povos indígenas, que de objetos de admiração em um primeiro momento, catequisado em seguida, passaram ao final a outra forma de domínio, a escravidão de seus corpos e destruição de suas culturas. Enfim homem e natureza, também na América, passam a ser vistos como possibilidade de lucro.

---

<sup>1</sup> Em 1816, durante a estada da família real portuguesa no Brasil, chega ao Rio de Janeiro um grupo de artistas franceses com a missão de ensinar artes plásticas na cidade que era, então, a capital do Reino unido de Portugal e Algarves. O grupo ficou conhecido como Missão artística francesa. Chefiada por Joachim Le Breton e tendo como principais representantes os pintores Jean Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay; os escultores Auguste Marie Taunay, Marc Ferrez e Zéphérin Ferrez; e o arquiteto Grandjean de Montigny.

*Building the way*

Já nos séculos seguintes, viagens de naturalista e bandeirantes rumo ao sertão/interior brasileiro vão representar o momento de passagem, de mudança nas formas de se relacionar e ver a natureza, promovendo o assujeitamento dos elementos naturais aos ditames socioeconômicos.

Muitas narrativas relativas a este período nos apresentam os bandeirantes como homens bravos e corajosos, que ao adentrar as terras do interior do Brasil, o fazem como um ato de heroísmo capaz de levar o “desenvolvimento” às regiões mais distantes do território brasileiro. Tal imagem nos é desmistificada por Smith

E embora a linguagem fosse refinada, a imaginação menos ativa, e focalizasse mais ênfase sobre a conquista que sobre aquilo que era conquistado, a literatura de conquista do século dezanove reflete a mesma antipatia com relação à natureza selvagem. O sertão é a antítese da civilização; ele é estéril, terrível, até mesmo sinistro, não tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu *habitat* "natural". O natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização. (SMITH, 1988, p. 37)

É neste contexto de interiorização da conquista e de domínio da natureza que chegamos à província de Goiás. Local para onde se dirigiram bandeirantes interessados no comércio de escravos indígenas, africanos e de minérios. Foi o chamado ciclo do ouro<sup>2</sup>. Assim Chaul descreve esta fase de penetração nas terras goianas

A procura de índios e os indícios da existência de ouro em Goiás fizeram com que inúmeras bandeiras penetrassem em terras goianas em busca da ambicionada mão de obra e da potencial riqueza. De Sebastião Marinho, quando penetrou nas cercanias das nascentes do Rio Tocantins em 1592, a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, os índios e o ouro de Goiás despertavam ambições e atraíam os bandeirantes e sertanistas que desbravavam esse território hostil e selvagem. (CHAUL, 2015, p.39,40)

O período aurífero deu origem a inúmeras cidades, vilas e arraiais, contudo alguns destes núcleos urbanos tiveram vida efêmera, desapareceram quando findou a exploração de minérios naquela região. As aglomerações populacionais que se

---

<sup>2</sup> A historiografia tradicional divide a história da economia brasileira em ciclos: ciclo do pau brasil, ciclo da cana de açúcar, ciclo do ouro, ciclo do café e outros.

**Building the way**

mantiveram após esta fase de queda da produção aurífera, apresentavam características de uma vida bastante simples, até mesmo rude, como mostra estudos de Chaul

Assim que o ouro deixou de representar o principal produto da economia goiana, um processo de “êxodo aurífero” fez com que um grande contingente populacional abandonasse a província para se dedicar à lavoura e à pecuária. Foi por meio deste processo de ocupação que a economia goiana se tornou agrária. (CHAUL, 2015 p. 102)

143

Como vemos, com o fim da mineração, Goiás entra em uma fase marcada pela ruralização da vida, da economia e dos costumes, pautando-se em uma economia de subsistência, com pequeno aporte para exportação: couro, gado e alguns produtos agrícolas. De acordo com Chaul (2015, p. 123) “a primazia agrícola em Goiás coube ao arroz. Foi este o principal produto exportado em níveis satisfatórios, perdendo, no conjunto das exportações, apenas para o gado.”

Desta forma, é possível percebermos que, desde o início de sua história, Goiás era tido como produtor de matérias primas para o mercado nacional e até mesmo, em algumas situações, ao mercado estrangeiro, carregando assim a marca de economia complementar e periférica, o que era, de certa maneira, reforçado por sua localização, no Planalto Central, ou como dito por alguns viajantes no século XIX, no sertão brasileiro. A ideia de sertão no contexto goiano é bem esclarecida por Chaul

O sertão está dentro de Goiás, é difícil imaginar o território goiano do período pós-mineratório sem as imagens sequenciais de hectares infinitos de terras desabitada, de lugares ermos, de aridez e abandono. O sertão está para o goiano como o deserto para o árabe e as florestas para os britânicos.” (CHAUL, 2015, p.76)

Porém, a partir do fim do século XIX e início do século XX, momento que coincide com o fim do Império e início da República, a ideia de dar uma nova face ao Brasil, agora mais moderna, ganha corpo, “pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação” (MORAES, 2002, p. 121), buscando assim desvincular-se do estigma de “atraso” representado pela “antiga” monarquia.

## **A modernização agrícola em Goiás: deteriorização da natureza e do homem**

A consolidação de Goiás como um Estado rural, aliado à sua extensão geográfica, com baixo povoamento e grandes áreas de vegetação nativa preservada, foi fator influenciador de sua inclusão nas ações desenvolvimentistas iniciadas com o advento da Eleição de 1930 - que levou o gaúcho Getúlio Vargas à presidência do Brasil - por meio de iniciativas do poder público, tanto estadual, como federal.

Na esfera nacional, a ânsia do governo varguista em consolidar seu poder político, integrar o país e dar sustentabilidade à indústria nacional emergente, se materializou, em Goiás, na campanha da Marcha para o Oeste, a partir de 1937. Maciel aponta, ainda, a Segunda Guerra Mundial como um dos fatores que sustentaram o discurso da “garantia da integridade territorial do país” por intermédio da ocupação do interior brasileiro, convertendo os fluxos migratórios para as regiões centro-oeste e amazônica, e, também, através da exploração das riquezas naturais do imenso espaço geográfico ainda pouco conhecido. (MACIEL, 2015, p. 246).

Em âmbito estadual, o marco para a conversão do “atraso” em modernidade configurou-se na idealização de um “mundo novo”: Goiânia. Motivado pelos movimentos desenvolvimentistas e modernizantes da chamada Era Vargas, o então interventor Pedro Ludovico Teixeira, em 1932, arbitrou a mudança da capital – da Cidade de Goiás para uma área mais central do Estado, com o principal objetivo de se fortalecer politicamente, tendo como importante instrumento em seu favor, a inserção econômico-produtiva de Goiás no cenário nacional. Em seu discurso isto se daria a partir da construção de uma nova capital, moderna, atrativa e com localização privilegiada: próximo ao trajeto da Estrada de Ferro Goiás – vista como importante meio de superação das grandes fronteiras que separavam o Estado, do centro dinâmico da economia brasileira. (SILVA; MELLO, 2013, p. 65-75).

Simpatizante do cenário desenvolvimentista criado pela mudança da capital, Vargas põe em prática seus planos para a exploração do potencial sertanejo do país. Para tanto, foram criadas a Fundação Brasil Central (FBC) e as Colônias Agrícolas Nacionais.

Para Goiás, ambos empreendimentos tiveram objetivos complementares: a FBC visava a criação de infraestrutura para o fomento de atividades comerciais e industriais e, a Colônia Agrícola de Goiás (CANG) teve como principal objetivo a modernização da atividade agrícola (IBGE, 1958, p. 121).

**Building the way**

Em termos de resultado, a FBC permitiu, mesmo que de maneira improvisada conforme Maciel (2011), a instalação de rotas de comunicação e de estradas de rodagem ligando o sudeste ao norte do país, a instalação e criação da cidade de Aragarças, a constituição de empresas comerciais e industriais das mais variadas categorias, a implantação de uma produtora de açúcar e álcool no município de Santa Helena de Goiás, dentre outros investimentos de menor destaque mas que abrangeram os três setores da economia. Já a CANG teve como principal desdobramento a instalação do município de Ceres, localizado no Vale do São Patrício, região do mato grosso goiano. Como demais consequências, Estevam destaca:

A implantação da CANG promoveu assentamento de milhares de colonos, considerável parcelamento de terras e relevante volume de produção agrícola alimentar em Goiás. Todavia, a devastação rápida das matas, o parcial esgotamento dos solos e a intermediação comercial fortemente especulativa ameaçaram decisivamente o futuro da colônia. No processo, foi intensa a imigração para o estado, que ostentou relevantes taxas de crescimento demográfico nas décadas de 1940 e 1950. (ESTEVAM, 1998, p. 127)

Posteriormente, o planejamento de interiorização do Brasil continuou e recebeu novo fôlego a partir dos anos 1950, com a transferência da capital federal para o Planalto Central, posta em prática por Juscelino Kubitschek. Para este propósito, investimentos em infraestrutura foram imprescindíveis.

A fim de viabilizar a construção de Brasília, era necessário abrir os caminhos para a nova capital. Deu-se, então, início à construção de oito rodovias federais, integrando não somente o Estado de Goiás, como toda a região Centro-Oeste às demais regiões do país: “de 103 km de rodovias federais em 1952, Goiás passou a ostentar, em 1960, 2.782 km, dos quais 590 pavimentados. Tanto as rodovias estaduais quanto as municipais também receberam acréscimo de expansão no período.” (ESTEVAM, 1998, p. 128).

Outra importante modificação na estrutura goiana referiu-se aos expressivos incentivos financeiros dados à geração de energia elétrica a partir da criação das Centrais Elétricas de Goiás (CELG), o que possibilitou a construção de uma usina hidrelétrica no Rio Paranaíba, localizado na divisa entre Goiás e Minas

**Building the way**

Gerais, levando a eletricidade à uma parte de Goiás e, também, à capital (ESTEVAM, 1998).

A abertura de Goiás para o Brasil revelou a imensidão de áreas tidas como subutilizadas e, portanto, de pouco valor. A considerável migração de agricultores vindos das regiões Sul e Sudeste brasileiras, aliada aos princípios da chamada Revolução Verde acabaram por alterar os modos de produção da agricultura goiana, transformando, também, a paisagem do Cerrado a partir da década de 1960.

De acordo com Geraldine (2006), a Revolução Verde consistiu em modernizar a agricultura brasileira através da execução de políticas públicas que objetivavam elevar a produtividade das terras utilizando-se adubos e fertilizantes químicos industrializados, sementes modificadas e a substituição do trabalho humano por maquinários tecnificados. Tal exigência na mudança dos padrões da agricultura esteve diretamente relacionada às demandas do comércio exterior, em que os índices de produtividade brasileiros foram comparados aos de outros países com forte aptidão agrícola, numa relação histórica de subordinação aos interesses das nações dominantes, como bem afirmou Prado Júnior:

Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela [a economia brasileira] se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominaríamos de economia "nacional", que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa. Esta é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a esta fase do seu desenvolvimento. O país far-se-á imediata e como que automaticamente, sem resistência alguma, em fácil campo para suas operações. (PRADO JUNIOR, 1970, p. 206)

A modernização da agricultura faz parte de um fenômeno denominado por Santos (2001) de constituição do “meio técnico-científico-informacional”, pois interpõe entre o homem e a natureza, a ciência (teoria) e a tecnologia (fruto da teoria). Como subsidiário desta nova configuração se encontra o capital financeiro, sem o qual, nos padrões econômicos atuais, a ciência e a tecnologia são impraticáveis. Santos (2001) afirma:

Building the way

Podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma “informação” indispensável. (SANTOS, 2001, p. 88-89)

147

É nesse contexto que a relação sujeito-natureza, no Estado de Goiás, sofre profunda transformação, passando a obedecer, portanto, às exigências do capital.

A demanda do comércio global acarretou em Goiás a implantação de sistemas agrários do tipo *plantation*, que foram tipificados por Shiki (1997) em três categorias: o sistema pecuário extensivo de corte, o sistema extensivo de leite e alimentos básicos e o sistema intensivo de soja e milho, acrescentando-se, também, a cana-de-açúcar como uma *commodity* relevante para o estado. Todos os sistemas causam impactos negativos ao meio ambiente, e, com o Cerrado não seria diferente.

Mesmo com toda tecnologia implantada desde os primórdios da modernização, Freitas (2015) salienta que a natureza, ainda que minimamente, permanece atuante sobre a atividade agropecuária, ainda que em resposta às suas externalidades negativas:

O preparo da terra, plantio, limpezas e colheita obedecem, em boa parte, à sazonalidade, em razão do objeto de trabalho, prioritariamente, da natureza para se constituir. A noite e o dia são referências temporais que norteiam o processo de trabalho. O trabalho, geralmente, se inicia antes do sol raiar e não finda antes do fim do dia. A labuta diária, excessiva em períodos de preparo da terra, plantio e colheita, cede lugar a períodos de trabalho menos longos na entressafra. (FREITAS, 2015, p. 55-56)

Para Shiki (1997) a alta dependência da natureza torna o atual modelo de agronegócio insustentável, com rentabilidade volátil e, em alguns casos, arriscada e de baixo retorno. Segundo o autor, para ser sustentável, um sistema agrícola deve ser estável, ou seja, se manter constante em meio às alterações econômicas e ecológicas; e, resiliente, uma vez que precisa absorver ou adaptar-se aos fatores externos.

*Building the way*

Deste modo, percebe-se que os sistemas agrários predominantes nos solos goianos são insustentáveis a longo prazo, porquanto são diretamente afetados por situações da natureza, sobretudo climáticas, como a abundância ou escassez de chuvas e por conjunturas econômicas, como a variação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras e, ainda, não são capazes de se ajustar ao uso constante de insumos e fertilizantes químicos, razão pela qual a dependência destes produtos é crescente e, em alguns locais, as terras estão com elevado grau de exaustão e degradação. Assim, “a agricultura continua sendo, essencialmente, um processo biológico de produção, que precisa atender a certas leis ecológicas. Embora essas 'leis' estejam sendo alteradas pela engenharia genética [...], essas alterações são ainda limitadas” (SHIKI, 1997, p. 139).

Além da busca incessante pelo aumento da produtividade ligado à cientificação da agricultura, a Revolução Verde provocou um acentuado processo de concentração fundiária, que, por conseguinte, intensificou o êxodo rural, a urbanização desordenada e os conflitos agrários pela posse da terra, não somente em Goiás, mas em todo o território-alvo das políticas desenvolvimentistas.

Para Valadares et al. (2012), a estrutura fundiária brasileira altamente concentrada resulta na desqualificação da necessidade da reforma agrária, pois a terra e sua propriedade se tornaram sagradas, e, em consequência, os movimentos sociais rurais são vistos como criminosos e a reforma agrária, dispensável; na existência de grandes monopólios comerciais que obstaculizam a participação da agricultura familiar nos mercados; na pressão demográfica sobre as cidades, gerando desemprego, favelização, pobreza e violência; no direcionamento de políticas públicas apenas ao setor urbano das cidades, relegando ao esquecimento as populações rurais; no aprofundamento da pobreza rural, pois sem a assistência do governo, os pobres rurais são mais carentes do que os urbanos; na proliferação de minifúndios, em que os pequenos desejam a mesma rentabilidade dos grandes com o cultivo de monoculturas; no aumento dos conflitos no campo; e, por fim, na degradação ambiental, com a ausência de plantios diversificados e o uso intensivo de insumos químicos e agrotóxicos que empobrecem o solo e poluem o ar e a água.

Destarte, não só a relação sujeito-natureza se esvai, como também a relação sujeito-sujeito é atingida. Os pequenos agricultores e os trabalhadores rurais são excluídos do processo modernizador, pois a força de trabalho humana é

**Building the way**

substituída pela tecnologia, o modo de produzir repassado por gerações se torna ineficiente e se esvai ao longo do tempo, a cultura das populações interioranas perde seu valor e é substituída por outras tradições e modernidades. Arrais destaca que a modernização da agricultura em Goiás infere em uma mudança de “densidades” (ARRAIS, 2016, p. 41), isto é, a riqueza de conteúdo deixa de ser humana, viva e emocional e passa a ser técnica, morta e racional. Nesse sentido, Estevam corrobora:

No processo de expansão capitalista, também os valores e a mentalidade foram se alterando profundamente no meio rural. O tradicional convívio deu lugar a relações impessoais, contratuais e monetárias; as tradições culturais foram sendo abandonadas e transformando-se em manifestações folclóricas urbanas; o “trabalhador rural vai ‘morrendo’ conforme o depoimento poético de um deles, ‘como uma planta que se ranca do chão’”. As pessoas descaracterizam-se como pessoas do campo e o lugar rural descaracteriza-se como antigo e tradicional espaço sertanejo. (ESTEVAM, 1998, p. 188)

Em suma, o processo de modernização da agricultura em Goiás se deu de forma desigual, excludente e predatória tanto na relação sujeito-natureza, quanto na relação sujeito-sujeito. Ambas estão interligadas e sofrem a direta influência do capitalismo desigual.

A modernização proporcionou a alguns indivíduos a acumulação de riqueza, a qual é produto de uma apropriação inadequada dos recursos naturais, bem como sua degradação e, a expulsão do homem nativo do campo ou mesmo, relegou à estes, pequenos espaços de terra nos quais o fator tecnologia parece ser imprescindível para favorecer a produção.

As formas de cuidar da natureza, os processos de cultivo, bem como as raízes culturais das populações rurais foram atropeladas e quase extintas, transformando-as, atualmente, em meras ruralidades no meio urbano.

Assim, o Cerrado, o segundo maior bioma brasileiro e que recobre todo o território goiano, se encontra profundamente devastado e, parafraseando Shiki (1997), caminha para o caos. Portanto, a revisão dos papéis dos seres humanos em suas relações com a natureza é fundamental para que um desenvolvimento econômico sustentável, de fato, possa acontecer.

*Building the way*  
**REFERÊNCIAS**

ARRAIS, T. A. *A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização*. Goiânia: Editora da UFG, 2016.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 4ªed. – Goiânia, Editora da UFG, 2015

ESTEVAM, L. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Editora do Autor, 1998.

FREITAS, R. A. A modernização da agricultura e o trabalho nos canaviais em Goiás. In: LUNAS, D. A. L; XAVIER, G. L.; LUZ, J. S. (Org.). *Cerrado: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território*. Anápolis: UEG, 2015. p. 45-73

GERALDINE, D. G. Economia goiana: da agricultura ao agronegócio. In: CASTRO, J. D. B. (Org.). *Economia goiana: cadeias produtivas, reestruturação, mineração, agricultura e industrialização*. Anápolis: UEG, 2006. p. 31-55.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. 36 v. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_36.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_36.pdf)> Acesso em 16 nov 2016.

MACIEL, D. P. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011. São Paulo: *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-21. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308191538\\_ARQUIVO\\_ANPUH.2011-Trabalhocompleto.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308191538_ARQUIVO_ANPUH.2011-Trabalhocompleto.pdf)> Acesso em 10 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *O Estado Brasileiro na integração de espaços “vazios” ao conjunto da nação: ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1947-1967*. In: LUNAS, D. A. L; XAVIER, G. L.; LUZ, J. S. (orgs.). *Cerrado: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território*. Anápolis: UEG, 2015. p. 245-260.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHIKI, S. *Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o caos?* In: SHIKI, S.; SILVA, J. G. da; ORTEGA, A. C. (orgs.). *Agricultura, meio ambiente e*

**Building the way**

sustentabilidade do cerrado brasileiro. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1997, p. 135-165.

SILVA, G. G. da; MELLO, M. de. *A revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste*. Cordis: revoluções, cultura e política na América Latina, São Paulo, n. 11, p. 57-89, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/viewFile/19799/14707>>. Acesso em 07 abr. 2017.

151

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VALADARES, A. A. et al. A questão agrária e a pobreza rural no Brasil. In: INSTITUTO Interamericano de Cooperação para a Agricultura. *A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas*. 16 v. Brasília: IICA, 2012. p. 259-286.